

Prefeituras devem se adequar urgentemente ao Portal da Transparência

Notícia Jurídica

Postado em: 16/06/2017

As prefeituras do Paraná que ainda não se adequaram ao Portal da Transparência do MPE (Ministério Público do Estado) devem fazê-lo o mais rapidamente possível. Para evitar problemas, é importante que os municípios respeitem todas as normas definidas pelo MPE para o portal. Caso contrário, as prefeituras correm o risco de sofrerem sanções e responderem a ações judiciais. A Procuradoria Jurídica da AMP (Associação dos Municípios do Paraná) esclarece que o portal é uma exigência da Lei da Transparência. Para garantir seu cumprimento, o Ministério Público do Paraná elaborou recomendações e uma proposta inicial de Termo de Ajuste de Conduta para os municípios. A AMP e o MPE discutem o tema desde 2013. Em 2015, o debate teve continuidade na primeira gestão do presidente da AMP, 2º vice-presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios) e prefeito de Assis Chateaubriand, Marcel Micheletto. "Muitas prefeituras ainda não se adequaram ao portal. Isto pode gerar questionamentos jurídicos do MPE. Por isso, é fundamental que elas façam isso rapidamente, para evitar problemas", adverte Micheletto. Assessoria de Comunicação da AMP Aurélio Munhoz. Reg.Mtb: 2.635/PR Telefones: 41-3223-5733 e 41-99544-0404